

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo de Referência 289/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
289/2025	110001-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	TIAGO AMARO DOS SANTOS	12/09/2025 10:13 (v 0.3)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Capacitação		00030.002113/2025-59

1. Objeto

1.1. Contratação de vaga na ação de desenvolvimento "VI Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas", para a capacitação de 1 (um) servidor da Presidência da República nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Contratação de 1 (uma) vaga no " VI Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas", promovido pela Associação Nacional de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campo de Públicas - ANEPECP.	17663 – Curso aperfeiçoamento /especialização profissional	1	480,00	480,00

1.2. O custo estimado total da contratação é de R\$ 480,00 (seis mil e oitocentos reais), conforme custo unitário apostado.

1.3 O curso será realizado na modalidade presencial em Porto Alegre/RS.

1.4 Tem realização no período de 29 de setembro a 3 de outubro de 2025, com carga horária de 24 horas-aula, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A contratação atende à necessidade 36 do Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP/PR - 2025, que tem como descrição "Aprofundar entendimento sobre relação entre as agendas de mudanças climáticas, transição energética e sustentabilidade com projetos de infraestrutura", 6933510.

2.2. Considerando a previsão no PDP/2025, solicita-se à Secretaria de Administração autorização da capacitação e inclusão da demanda no Plano de Contratações Anuais - PCA 2025, conforme Formulário de Alteração do PCA 13, 6933199.

2.3. Corroborando com a necessidade de capacitação a ser atendida, a Secretaria de Relações Institucionais - SRI/P, justificou, 6847109:

Servidor atuará como expositor no evento, em mesa com especialistas que tratará sobre o tema prioritário para o Conselho da Federação, representando a secretaria executiva do referido órgão.

2.4. Segundo disposto no art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65 de 7 de julho de 2021, aplica-se aos casos de inexigibilidade de licitação o disposto no art. 5º da mesma Instrução, dessa forma optou-se pela utilização do inciso II em que foram utilizadas contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços.

2.5. Destaca-se que o servidor participará na categoria "Profissionais, Pesquisadores e Docentes sem filiação", cujo valor da inscrição, divulgado no <https://www.even3.com.br/enepcp-2025/>, o no folder do evento, 6933187, é de R\$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais) para pagamento a partir de 11/09/2025.

2.6. De acordo com as informações divulgadas no mencionado sítio eletrônico, o valor de inscrição do VI Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas, ofertado ao público varia de acordo com a categoria dos participantes, filiação à ANEPEC e data do pagamento, conforme segue:

Categoria de inscrições	Valor para pagamento até 10/09 /2025 (R\$)	Valor para pagamento a partir de 11/09 /2025 (R\$)
Profissionais, Pesquisadores e docentes afiliados	400,00	450,00
Estudantes de cursos de pós-graduação afiliados	160,00	180,00
Estudantes de cursos de graduação afiliados	120,00	140,00
Profissionais, Pesquisadores e Docentes sem filiação *	430,00	480,00
Estudantes de pós-graduação sem filiação	180,00	200,00
Estudantes de graduação sem filiação	130,00	150,00

* Enquadramento da categoria de inscrição do servidor.

2.6. Além disso, registra-se que o valor da inscrição referente à categoria de participação do servidor é compatível com o valor publicado em seu site pela ANEPEC, bem como nas contratações realizadas por outros órgãos, 6961082:

Entidade/Órgão Público	Categoria*	Quantidade	Valor (R\$)	Ano
Universidade Federal do Rio Grande do Norte/RN	docente com filiação	1	400,00	2025
Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)	estudante filiado	1	150,00	2025
Universidade Federal da Paraíba/PB	estudante sem filiação	1	160,00	2025

*A informação referente à filiação do participante inscrito não consta informado na nota de empenho. Foi informado pela instituição no e-mail 6970150.

2.7. Dessa forma, verifica-se que o valor de R\$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais) para a participação do servidor, ofertado à Presidência da República é compatível com o valor publicado pela instituição para a categoria de inscrição do servidor, qual seja, Profissional, Pesquisadores e Docentes sem filiação à Associação.

2.8. Esclarece-se que, por se tratar de evento realizado na cidade de Porto Alegre/RS, haverá despesas com passagens e diárias, bem como a necessidade de afastamento do servidor de suas atividades laborais no âmbito da Presidência da República.

2.9. Destaca-se que o valor da inscrição informado na SPEC, 6847109, refere-se ao LOTE 2, tendo em vista que foi considerado pela unidade demandante o valor de inscrição vigente em 22 de julho de 2025. Todavia, o valor da inscrição será definido de acordo com a data da emissão da nota de empenho, conforme informações da instituição organizadora do evento no e-mail, 6970150.

2.10. Conforme disposto no anexo, 6877290, a nota de empenho deve ser enviado para vienepcp@gmail.com, com o assunto "Inscrição por empenho (VI ENEPCP), com as seguintes informações:

- Nome completo do participante: Andre Luis Nogueira da Silva
- CPF: 057.977.264-08
- E-mail: andre.nogueira@presidencia.gov.br
- categoria de participação: profissional não filiado

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A contratação da ação de desenvolvimento atenderá à capacitação de 01 (um) servidor.

3.2. De acordo com as informações disponíveis no endereço eletrônico <https://www.even3.com.br/enepcp-2025/> e no folder do evento, 6933187, o *VI Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas*, abordará o tema "Campo de Públicas e crise climática: governança democrática em contextos de desastres e desigualdades", e será realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

3.3. A temática deste VI ENEPCP destaca a necessidade de uma governança democrática em contextos de desastres e desigualdades, promovendo a participação ativa da sociedade civil, em especial das populações mais vulneráveis, na construção de políticas de prevenção e resposta a desastres. A crise climática demanda novos arranjos institucionais e uma gestão pública que seja sensível às questões sociais e ambientais, com foco na justiça social e na redução das desigualdades.

3.4. A escolha de Porto Alegre como sede do encontro é especialmente significativa, considerando que a cidade enfrentou, em maio de 2024, um dos mais graves episódios de enchentes de sua história. Esse contexto evidencia a vulnerabilidade climática do território e torna o local do evento particularmente emblemático, reforçando a urgência dos debates propostos.

3.5. Neste sentido, o VI ENEPCP está orientado ao debate sobre como o Campo de Públicas pode contribuir para fortalecer as capacidades dos municípios e de suas instituições na resposta a desastres climáticos e sociais, além de incentivar a construção de políticas públicas que sejam sensíveis às particularidades regionais e às vulnerabilidades das populações.

3.6. O Campo de Públicas é designado como um campo multidisciplinar de ensino, pesquisa e fazeres tecnopolíticos, no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas e das Ciências Humanas, que se volta para assuntos, temas, problemas e questões de interesse público, de bem-estar coletivo e de políticas públicas inclusivas, em uma renovada perspectiva republicana ao encarar as ações governamentais, dos movimentos da sociedade civil organizada e das interações entre governo e sociedade, na busca do desenvolvimento socioeconômico sustentável, em contexto de aprofundamento da democracia, conforme informações disponíveis no endereço eletrônico da Associação Nacional de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campo de Públicas - ANEPEC, <https://anepec.org.br/sobre/>.

3.7. As discussões do evento vão além das respostas emergenciais e buscam fomentar reflexões sobre a prevenção e a mitigação de riscos a longo prazo. Dessa forma, o VI ENEPCP buscará consolidar o papel do Campo de Públicas na formulação de práticas e políticas voltadas à promoção da sustentabilidade e da ação coletiva, incentivando o aprendizado compartilhado entre estudantes, pesquisadores e profissionais.

3.8. O evento também fomentará a troca de experiências e o desenvolvimento de pesquisas que possam ser aplicadas em contextos locais e regionais, com foco na formação de profissionais capacitados para enfrentar os desafios das mudanças climáticas com uma perspectiva inclusiva e democrática. O espaço busca integrar relatos de pesquisa e ação de diferentes atores da sociedade, sejam acadêmicos, representantes públicos, de grupos organizados da sociedade civil ou da iniciativa privada.

3.9. Destaca-se que o servidor apresentará o trabalho intitulado "Desafios para construção da Governança Climática Federativa no Brasil", de sua autoria, em parcerias com outros autores, aprovado para apresentação na modalidade "Propostas de Mesas Redondas",

conforme 6848035. De acordo com a ementa da Mesa Redonda 11, 6933436, o referido trabalho é referente à Resolução Conselho da Federação 03/2024, que estabelece o compromisso pelo federalismo climático, bem como o pacto político em que os três níveis de governo acordaram que a mudança do clima deve entrar no centro da agenda política e governamental de maneira transversal, garantir recursos para a implementação e institucionalizar uma governança federativa e colaborativa. Esta mesa propõe-se a refletir sobre as características e os desafios da coordenação multinível e intergovernamental existentes nas respostas dos governos às crises, bem como discutir propostas relacionadas a uma governança climática federativa. As sessões temáticas das discussões constam detalhadas no anexo 6970236.

3.10. O cronograma de atividades consta detalhado no endereço <https://www.even3.com.br/enepcp-2025/>, e no anexo 6970267.

4. Requisitos da Contratação

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Os eventuais materiais impressos utilizados e disponibilizados, devem ser passíveis de reciclagem, visando a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade ambiental.

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, nos termos do § 4º do art. 74 da Lei nº 14.133/21

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e, seguintes da Lei nº 14.133/21, pela razão abaixo justificada:

4.3.1. Ação de desenvolvimento e capacitação é de curta duração, com carga horária de 24 horas-aula, ministrado por entidade de reconhecida em sua área de atuação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. O prazo de execução será o período de realização da capacitação, de 29 de setembro a 3 de outubro de 2025, na modalidade presencial em Porto Alegre/RS, com carga horária de 24 horas-aula, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

5.2. Os serviços serão prestados na modalidade presencial, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

6.1.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.1.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.1.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

6.1.4 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.1.5 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.1.6 O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

6.1.7 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN 5, art. 44, §1º).

6.1.8 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.1.9 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.1.10 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

6.1.11 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.1.12 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

6.1.13 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

6.1.14 Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

6.1.15 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

6.2 DO RECEBIMENTO

6.2.1 Os serviços serão recebidos definitivamente, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do certificado de conclusão de curso ou declaração de não aproveitamento emitida e enviada pela Instituição, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.2.2 O contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

6.2.3 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

6.2.4 O Contratado fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

6.2.5 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

6.2.6 No prazo supracitado para o recebimento provisório, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

6.2.7 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

6.2.8 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo as seguintes diretrizes:

6.2.9 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

6.2.10 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

6.2.11 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

6.2.12 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6.3 DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

6.3.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

6.3.2 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

- a) Pontualidade;
- b) Carga horária contratada; e
- c) Quantidade de vagas disponibilizadas.

6.3.3 Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a) não produziu os resultados acordados;
- b) deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- c) deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO FORNECEDOR

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de inexigibilidade de licitação, com fundamento na hipótese do art. 74, inciso III, item f, da Lei n.º 14.133/2021.

7.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.6. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

7.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

7.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.10. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.12. Habilitação Jurídica:

7.12.1. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.12.2. Ato de autorização para o exercício da atividade de prestação de serviços de treinamentos para Auditores Internos.

7.12.3. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.13. Habilitações fiscal, social e trabalhista:

7.13.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

7.13.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.13.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.13.4. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

7.13.5. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

7.13.6. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

7.13.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

7.13.8. prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.13.9. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

7.13.10. A contratada poderá deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF.

7.13.11. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

7.14. O art. 74, III, da Lei nº 14.133/2021 determina que é inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial no casos de "contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: (...) f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;"

7.14.1. O § 3º do mesmo artigo traz a definição da notória especialização como sendo "o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato."

7.15. A notória especialização demonstra a razão da escolha do fornecedor ou executante, nos termos do inciso III, do art. 74, da Lei nº 14.133/2021, da doutrina e da jurisprudência. Dada a necessidade de capacitação do servidor da Secretaria-Executiva do Conselho da

Federação SRI/PR em matéria de políticas voltadas ao enfrentamento da crise climática, encontrou-se no mercado o evento *VI Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas*, que se mostra adequado à demanda da Secretaria de Relações Institucionais - SRI/PR, sendo fornecido pela Associação Nacional de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campo de Públicas - ANEPEC, 6933187.

7.16. De acordo com as informações disponíveis no endereço eletrônico <https://anepec.org.br/sobre/>, a ANEPEC foi criada em 2015 e vem fomentando o debate e fortalecendo o Campo de Públicas. O foco da associação é a geração, a expansão, o aprofundamento e a disseminação de conhecimentos próprios do campo, considerando tais elementos como condições para a sua consolidação e a sua materialização enquanto comunidade científica.

7.17. No ano de 2020, a associação passa a contemplar em sua denominação a extensão, tornando-se Associação Nacional de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campo de Públicas (ANEPEC). Esta mudança de denominação coloca em destaque também as atividades de extensão que são desenvolvidas e buscam integrar o Campo de Públicas com a sociedade, gerando aprendizados coletivos, trazendo resultados positivos para a administração pública e para a garantia de direitos.

7.18. A ANEPEC organiza a cada dois anos o Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas. Os temas abordados nos eventos anteriormente, desde em 2015, conforme consta em seu site, <https://anepec.org.br/eventos/> foram: *Democracia e República - Desafios governamentais e da esfera pública no século XXI*; *Democracia e Direitos - Dimensões Públicas e Sociais*; *Deemocracia no século XXI e os desafios para a gestão pública*; *Sociedade, Estado e o Público: formação e ação por caminhos democráticos em contexto de crise*.

7.19. Além disso, a ANEPEC possui contratações realizadas por outros órgãos da Administração Pública, conforme notas de empenho encaminhadas, referente a contratações realizadas pela Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal do Rio Grande do Norte/RN e Universidade Federal da Paraíba/PB, conforme anexo 6961082.

7.20. Desse modo, é possível inferir que o trabalho da Associação Nacional de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campo de Públicas (ANEPEC) é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato, amoldando-se aos requisitos exigidos pelo art. 6º e art. 74, inciso III, alínea f da Lei 14.133/2021, quanto ao conceito de notória especialização, dentre outros, restando demonstrada a inviabilidade da competição por inexigibilidade licitatória.

8. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. Os recursos necessários ao custeio da inscrição da participação do servidor na ação de desenvolvimento ficarão a cargo da Secretaria de Administração, conforme detalhamento abaixo:

- Programa 2101 - Gestão e manutenção da Presidência da República;
- Ação Orçamentária 2000 - Administração da unidade;
- Plano Orçamentário 0001 - Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação.

9. Obrigações da Contratante

9.1 São obrigações do Contratante:

9.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

9.1.6 Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

9.1.7 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

9.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.1.9 Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de *30 dias* para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

9.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. Obrigações da Contratada

10.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.1.1 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.1.2 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.1.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.1.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.1.6 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, *junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento*, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.1.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

10.1.8 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.1.9 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.1.10 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

10.1.11 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

10.1.12 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

10.1.13 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.14 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.15 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

10.1.16 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MICHELE CRISTINA DE OLIVEIRA FAZZINI

Equipe de apoio

TIAGO AMARO DOS SANTOS

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 12/09/2025 às 10:13:08.